

ESTUDOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: FORTALECIMENTO DAS LUTAS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Josiane Santa Inês Soares Gomes
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
josianesantaines@gmail.com

Letícia Batista Guimarães
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
leticiaguimaraes09@hotmail.com

Stephanie Santana Oliveira
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
stephaniesantana20@hotmail.com

Emilia Peixoto Vieira
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
emilcarl28@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa e Gestão Educacional (PPeGE) foi criado em 2006, no diretório do CNPq, seguindo uma orientação teórico-metodológica de caráter crítico e dialético, a qual reconhece a complexidade e o dinamismo do fenômeno educativo, e tem como objetivos: analisar as políticas educacionais e seus reflexos na organização e na gestão da educação básica, especialmente da educação infantil; analisar as práticas pedagógicas dos diferentes sujeitos que compõem a gestão do sistema e unidades escolares.

No ano de 2020, aprovou a pesquisa “A Educação Infantil do/no Campo: da gestão à organização do trabalho pedagógico nas redes municipais de educação situadas na região Sul da Bahia” que buscou analisar como os municípios situados na região Sul da Bahia (26 municípios) organizam suas redes de ensino e escolas no atendimento à educação infantil do campo. É uma pesquisa financiada pela Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC e pelas agências de fomento FAPESB e CNPq.

Em um sentido mais geral, a pesquisa visa a contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da efetivação do direito à educação infantil do/no campo, na região Sul da Bahia, das dificuldades vivenciadas, das alternativas construídas e dos desafios que necessitam ser superados para sua garantia. Do conjunto de trabalhos desenvolvidos, apresentamos três: “Educação Infantil do /no Campo: diálogos com

Docentes do Município de Itabuna-BA”, “Gestão das escolas de Educação Infantil do Campo: a experiência do município de Aurelino Leal – BA” e “A implementação das Diretrizes de 2018 no município de Ilhéus-BA na Educação Infantil”.

EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO: DIÁLOGOS COM DOCENTES¹ DO MUNICÍPIO DE ITABUNA-BA

A presente pesquisa delinea-se com a finalidade de analisar como o município de Itabuna-BA organiza o atendimento à educação infantil do/no campo, no que se refere à gestão e trabalho pedagógico. Busca, em diálogo com docentes em exercício na educação infantil do campo, discutir a política do município para a educação infantil do/no campo, a organização do trabalho pedagógico, a gestão escolar e a especificidade do campo, considerando as vozes das(os) profissionais docentes. A relevância da pesquisa está na luta histórica para tornar visíveis as crianças moradoras do campo, que têm o direito à educação, conforme a Constituição Federal de 1988.

Justifica-se ainda a pesquisa pela importância da educação infantil como a primeira etapa da educação básica, normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, de 1996. Também se justifica pela necessidade de analisar as políticas públicas educacionais direcionadas ao município de Itabuna/BA, para a garantia de atendimento e de garantir educação de qualidade às crianças do campo e contribuir para dar visibilidade a essas crianças, como sujeitos de direito. As lutas em curso por uma educação infantil de qualidade estão ligadas às lutas pela garantia da educação do campo. O percurso teórico-metodológico desta pesquisa é guiado pela abordagem crítica e dialética de análise da realidade, e adotará o método da pesquisa-ação, a partir dos estudos de Thiollent.

As questões que orientam esta pesquisa estão pautadas na necessidade de conhecer como o município de Itabuna-BA organiza o atendimento às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses nas escolas do/no Campo? Que referenciais utilizam as(os) docentes para o trabalho pedagógico com as crianças camponesas?

¹ Quando nos referimos à docentes, compreendemos as(os) professoras(es), coordenadoras(es), gestoras(es).

GESTÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE AURELINO LEAL-BA

Esta pesquisa está assentada na proposta de estudo da educação infantil do campo, tendo como principal objetivo analisar a organização e gestão educacional da educação infantil do campo no município de Aurelino Leal/BA. A pesquisa surge da inquietação com o tratamento ofertado às crianças do campo e acerca das formas de gestão e organização das instituições educacionais de educação infantil do campo do Sul da Bahia. Será uma pesquisa guiada pelo processo crítico e dialético de análise, compreendendo o todo/parte imerso no contexto político, histórico e econômico.

Nesse sentido, os caminhos de discussão e reflexão que irão conduzir o seu desenvolvimento serão orientados pela seguinte pergunta: como o município Aurelino Leal/BA organiza a gestão da educação infantil do/no campo? Para responder ao questionamento, a pesquisa buscará analisar as políticas educacionais brasileiras destinadas à educação infantil, especialmente a educação do campo, buscando compreender como estas políticas se configuram nos municípios da região Sul da Bahia; deverá analisar também o modo de organização e a forma de gestão da educação infantil do campo no município de Aurelino Leal/BA, e elaborar com os profissionais atuantes na educação infantil do campo desse município uma minuta de diretriz sobre a organização do trabalho da educação infantil do/no campo.

Estudar sobre a organização e gestão da educação infantil do campo no município de Aurelino Leal-BA é uma estratégia política para desenvolver um trabalho docente e pedagógico que contemple as especificidades dessa etapa da educação, bem como consiste em um estudo necessário e urgente sobre as escolas infantis do campo, a fim de que sejam pensadas e organizadas a partir das peculiaridades de cada criança, levando em consideração diversidade, identidade e cultura que permeiam o campo.

IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DE 2018 NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta pesquisa pretende analisar a organização do trabalho pedagógico da educação infantil no município de Ilhéus/BA, após a implementação das diretrizes de

2018, que altera a jornada de trabalho das professoras da rede e a organização das atividades com as crianças.

Desde 2008, o município de Ilhéus/BA, busca atender a lei nº 11.738, conhecida como a Lei do Piso, que estabelece a jornada de trabalho do magistério no exercício em sala de aula e na atividade extraclasse, 2/3 da carga horária em sala de aula e 1/3 da carga horária de trabalho destinado a planejamentos, correções, estudos e formação continuada.

Em 27 de maio de 2008, aprovou a lei nº 3.346, que trata do plano de carreira do magistério e regulamenta a carreira docente, contudo, é anterior à Lei do Piso, portanto não considera a jornada de trabalho como disposto na referida lei. Ao analisar o plano de carreira de 2008, vê-se que também não contempla a jornada de trabalho das(os) professoras(es) no atendimento à educação infantil: “Art. 27 [...] 10% (dez por cento) de sua carga horária destinar-se-á ao planejamento pedagógico.” (ILHÉUS, 2008).

Dez anos após a Lei do Piso, o município de Ilhéus alinhou a jornada de trabalho das docentes em exercício na educação infantil à referida lei, e implementou as diretrizes de Ilhéus de 2018, alterando significativamente o trabalho pedagógico para o segmento. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar os reflexos dessa alteração na organização do trabalho pedagógico para a educação infantil, fundamentando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI/2009).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As pesquisas em tela consistem em importantes estudos para se conhecerem as políticas educacionais para a educação infantil de três municípios do Sul da Bahia: Itabuna-BA, Aurelino Leal-BA e Ilhéus-BA, com especial atenção para a educação infantil do campo. Os estudos permitirão conhecer e analisar a organização dos sistemas municipais para o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade residentes no meio rural, buscando compreender como as(os) docentes organizam e desenvolvem o trabalho pedagógico, especialmente no município de Ilhéus/BA, com a implementação das diretrizes de 2018, que alterou a jornada de trabalho das professoras da rede e a organização das atividades com as crianças. Busca-se, portanto, contribuir não só com o espaço acadêmico, mas, principalmente,

com as demandas sociais e com as práticas reais dos municípios sobre a educação infantil e ao atendimento ao direito à educação da criança pequena.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Poder Executivo, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02 de 28 de maio de 2009**. Brasília, DF, 2009.

ILHÉUS. **Lei nº 3.346, de 27 de maio de 2008**. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Ilhéus e Estatuto do Magistério. Ilhéus, 2008.